



Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2024

JIRAU ENERGIA S.A.

SUMÁRIO

BALANÇO PATRIMONIAL	3
BALANÇO PATRIMONIAL	4
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO	5
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE	6
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	8
1. CONTEXTO OPERACIONAL	9
2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	10
3. PRÁTICAS CONTÁBEIS E USO DE ESTIMATIVAS	11
4. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES VIGENTES E NÃO VIGENTE	11
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	12
6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS	13
7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	13
8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR	14
9. TRIBUTOS DIFERIDOS	15
10. IMOBILIZADO	17
11. INTANGÍVEL	18
12. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR	19
13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	19
14. TRIBUTOS A RECOLHER	22
15. ENCARGOS SETORIAIS	22
16. USO DO BEM PÚBLICO (UBP)	22
17. PROVISÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS	23
18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	26
19. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	27
20. CUSTO DE OPERAÇÃO	28
21. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	28
22. RESULTADO FINANCEIRO	29
23. PARTES RELACIONADAS	29
24. PLANOS DE CONTRIBUIÇÃO	30
25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS	30
26. SEGUROS	34
27. COMPROMISSOS	34

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Jirau Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Jirau Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Jirau Energia S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 29 de janeiro de 2025

Deloitte Touche Tohmatsu
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ

Fernando de S. L. L.
Fernando de Souza Leite
Contador
CRC nº 1 PR 050422/O-3

JIRAU ENERGIA S.A.
 BALANÇO PATRIMONIAL
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	655.182	863.473
Títulos e valores mobiliários	6	634.898	-
Contas a receber de clientes	7	423.723	425.123
Estoques		80.287	68.629
Impostos e contribuições a recuperar	8	16.227	18.447
Despesas antecipadas		25.775	27.210
Outros ativos circulantes		54.565	47.590
Total do circulante		1.890.657	1.450.472
Não circulante			
Títulos e valores mobiliários	6	436.762	430.582
Despesas antecipadas		1.651	14.164
Impostos e contribuições a recuperar	8	64.289	73.052
Tributos diferidos	9	1.234.933	1.352.895
Depósitos judiciais	17.3	1.925	3.029
Imobilizado	10	15.086.997	16.315.792
Intangível	11	737.641	477.183
Total do não circulante		17.564.198	18.666.697
Total do ativo		19.454.855	20.117.169

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

JIRAU ENERGIA S.A.
BALANÇO PATRIMONIAL
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Passivo			
Circulante			
Fornecedores e contas a pagar	12	163.776	217.861
Empréstimos e financiamentos	13	716.419	676.438
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar		19.302	13.958
Tributos a recolher	14	18.359	23.986
Encargos setoriais	15	74.602	65.900
Concessão do serviço público (Uso do Bem Público)	16	19.193	19.193
Provisões de contingências	17.2	-	3.601
Provisões socioambientais	17.5	128.387	113.419
Outros passivos circulantes		1.586	2.073
Total do circulante		<u>1.141.624</u>	<u>1.136.429</u>
Não circulante			
Fornecedores e contas a pagar	12	65.882	66.207
Empréstimos e financiamentos	13	8.711.577	9.315.813
Encargos setoriais	15	9.846	10.771
Concessão do serviço público (Uso do Bem Público)	16	141.705	138.116
Provisões de contingências	17.2	50.453	14.245
Provisões socioambientais	17.5	161.438	482.119
Outros passivos não circulantes		561	381
Total do não circulante		<u>9.141.462</u>	<u>10.027.652</u>
Patrimônio líquido			
Capital Social	18	11.673.710	11.673.710
Prejuízo Acumulado		<u>(2.501.941)</u>	<u>(2.720.622)</u>
Total do patrimônio líquido		<u>9.171.769</u>	<u>8.953.088</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido		<u>19.454.855</u>	<u>20.117.169</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

JIRAU ENERGIA S.A.
 DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
 Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Receita operacional, líquida	19	3.582.148	3.379.842
Custos de operação	20	(2.332.375)	(2.367.087)
Custos de energia		(1.370.826)	(1.390.489)
Demais custos de operação		(961.549)	(976.598)
Lucro bruto		1.249.773	1.012.755
Despesas gerais e administrativas	21	(122.143)	(83.339)
Lucro operacional		1.127.630	929.416
Resultado financeiro	22	(790.986)	(858.280)
Receitas financeiras		155.489	150.273
Despesas financeiras		(946.475)	(1.008.553)
Lucro antes dos tributos		336.644	71.136
Imposto de renda e contribuição social	9	(117.962)	(26.923)
Diferido		(117.962)	(26.923)
Lucro líquido do exercício		218.681	44.213

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

JIRAU ENERGIA S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Lucro líquido do exercício	218.681	44.213
Resultado abrangente do exercício	218.681	44.213

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

JIRAU ENERGIA S.A.
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Capital Social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2023	11.673.710	(2.720.622)	8.953.088
Lucro líquido do exercício	-	218.681	218.681
Saldos em 31 de dezembro de 2024	11.673.710	(2.501.941)	9.171.769
	<u>Capital Social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2022	11.673.710	(2.764.835)	8.908.875
Lucro líquido do exercício	-	44.213	44.213
Saldos em 31 de dezembro de 2023	11.673.710	(2.720.622)	8.953.088

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

JIRAU ENERGIA S.A.
 DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		218.681	44.213
Ajustado por:			
Depreciação e amortização	20 / 21	729.033	759.087
Encargos de dívida (juros provisionados)	13.2	874.722	939.729
Resultado com transações na CCEE	20	47.466	50.179
Atualização de custos socioambientais (AVP)	17.5	37.000	39.542
Ressarcimento do risco hidrológico - GSF	20	20.504	20.504
Atualização monetária do UBP	16	23.070	22.283
Despesas antecipadas (Seguros)	20	10.963	10.189
Provisão/reversão e atualização monetária para contingências	17.2	33.558	1.836
Comissões sobre empréstimos	13.2	3.249	3.243
Baixa de imobilizado e Intangível	10 / 11	425	2.692
Rendimentos de Aplicação financeira (Títulos e valores mobiliários – TVM)	22	(91.006)	(152.074)
Atualização monetária	22	(5.790)	(5.611)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	117.962	26.923
Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa (PECLD)	7.3 / 21	629	1
Variações dos ativos e passivos operacionais:			
Clientes		771	(47.784)
Estoques		(11.658)	(4.172)
Despesas antecipadas		(17.520)	(13.543)
Depósito judicial		1.104	(5)
Outros ativos		(6.975)	(2.988)
Fornecedores e contas a pagar		(101.876)	(57.219)
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar		5.344	2.606
Encargos setoriais		8.701	9.159
Pagamento do UBP	16	(19.481)	(18.701)
Pagamento de custos socioambientais	17.5	(60.392)	(54.944)
Tributos compensáveis		(151.876)	(157.717)
Pagamento de contingências		(953)	(1.486)
Tributos a recolher		167.051	173.985
Outros passivos		(300)	(495)
Caixa líquidos gerado pelas atividades operacionais		1.832.406	1.589.432
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aplicação Financeira (Títulos e valores mobiliários – TVM)	6	(550.072)	102.186
Aquisição de imobilizado e intangível	10 e 11	(44.367)	(81.780)
Tributos compensáveis (aquisição de imobilizado)		(4.032)	(7.538)
Caixa consumido e gerado nas atividades de investimentos		(598.471)	12.868
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Captações de empréstimos e financiamentos	13.2	2.240	-
Pagamento de principal dos empréstimos e financiamentos	13.2	(649.663)	(592.854)
Pagamento de juros dos empréstimos e financiamentos	13.2	(794.803)	(838.511)
Caixa consumido nas atividades de financiamentos		(1.442.226)	(1.431.365)
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa no exercício		(208.291)	170.935
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		863.473	692.538
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		655.182	863.473
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa no exercício		(208.291)	170.935
Transações não caixa:			
Compensação tributária		172.682	181.674
Aquisição imobilizado e intangível (desapropriação de terras e servidão)		-	11.360
Transferência imobilizado/estoque		-	17.785
Provisão custos socioambientais – Passivo e Imobilizado		282.321	-
Custos socioambientais – Transferência Imobilizado / Intangível		286.897	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Jirau Energia S.A (“Companhia” ou “Jirau Energia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, Av. Presidente Wilson, 231 - sala 2904, constituída em 15 de julho de 2007, com filial em Porto Velho - RO, na Rodovia BR-364 - km 824 - Jaci Paraná, constituída em 12 de dezembro de 2009.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de setembro de 2023, aprovou-se a alteração da denominação social da Companhia de Energia Sustentável do Brasil S.A. para Jirau Energia S.A.

A área de atuação e a atividade operacional da Companhia é a geração de energia elétrica, cuja regulamentação está subordinada a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

No dia 12 de agosto de 2008, foi publicada no Diário Oficial da União - DOU a outorga pela União (poder concedente) da concessão de uso do bem público para exploração do potencial de energia hidráulica do rio Madeira, no estado de Rondônia, para a UHE Jirau. A concessão foi outorgada por um prazo de 35 anos, a partir da assinatura do Contrato de Concessão nº 002/08 - MME-UHE Jirau, que ocorreu no dia 13 de agosto de 2008 (o prazo de concessão da UHE Jirau, foi estendido até dezembro de 2045).

Em setembro de 2013, teve início a operação comercial da primeira unidade geradora (UG) da UHE Jirau. Com a publicação do Despacho nº 3.032 da ANEEL, de 22 de novembro de 2016, a Companhia completou, formalmente, sua motorização, ou seja, 50 unidades geradoras em operação comercial. No dia 16 de dezembro de 2016, ocorreu a cerimônia de inauguração da UHE Jirau, que reforça a segurança energética do país com 3.750 MW.

A partir de 1º de janeiro de 2023, devido a revisão ordinária de garantia física das UHEs despachadas centralizadamente no SIN, a garantia física da UHE Jirau passou a ser de 2.101,5 MW médios, conforme divulgado na Portaria nº 709/GM/MME de 30 de novembro de 2022.

Atualmente a garantia física é negociada na seguinte proporção:

- 74% destinada ao Ambiente de Contratação Regulado - ACR, conforme Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – CCEARs;
- 26% destinada ao Ambiente de Contratação Livre – ACL.

1.1 Continuidade Operacional

A Companhia mantém estratégias seguras de mitigação de descontinuidade, tais como: (i) consolidação da estratégia de gestão de portfólio minimizando o risco de exposição ao mercado por meio de leilões bem-sucedidos de compra de energia no curto, médio e longo prazos e (ii) revisão tarifária do EUST (Encargo de Uso do Sistema de Transmissão) que, após 10 anos, com o fim do ciclo de estabilização da tarifa, resultou na redução significativa dos custos do referido encargo.

A Companhia preparou essas demonstrações financeiras com base no pressuposto de que continuará em operação futura, conforme estratégias descritas acima. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvida significativa sobre a continuidade da Companhia.

1.2 Impacto das Afluências Desfavoráveis de 2024 na Operação Comercial

Desde o início do ano de 2024, o Rio Madeira vem sofrendo com afluências abaixo do esperado, registrando as piores vazões de sua série histórica no período crítico. Em julho de 2024, a ANA declarou situação de escassez quantitativa de recursos hídricos no Rio Madeira. As vazões reduzidas implicaram em menor geração no período, elevando as compras de energia da UHE Jirau. Como amplamente noticiado, o período de seca também registrou as piores vazões do histórico nas demais regiões do país, provocando redução da geração hidrelétrica das demais UHEs. A Companhia realizou com antecedência a compra de montantes expressivos de energia para o segundo semestre de 2024, que representa proteção fundamental para enfrentar a elevação circunstancial do déficit energético da UHE Jirau e o aumento dos preços de liquidação (PLD) na CCEE, de forma que os fluxos financeiros da companhia não foram impactados de forma expressiva.

1.3 Memorando de Entendimentos Brasil e Bolívia

Em julho de 2024, Brasil e Bolívia assinaram Memorando de Entendimentos para permitir a operação contínua do reservatório da UHE Jirau em cota 90 metros. A operação em cota 90 m (“constante” ou “ampliada”) trará maior produtividade para as unidades geradores da usina e maior geração ao longo do ano. O benefício energético poderá se refletir em acréscimo de garantia física a ser repartido com a Bolívia.

A Jirau Energia obteve as licenças ambientais e autorizações dos órgãos competentes, em especial uma nova outorga da Agência Nacional de Águas (ANA) para que ocorra a operação em cota 90 m. Assim como, já requereu junto a ANEEL e ao MME pedido de Revisão Extraordinária de Garantia Física. Essa Garantia Física adicional representará relevante recurso energético extra para a Companhia.

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards (“IFRS”)*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board (“IASB”)*, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração em sua gestão.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando essas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão apresentadas nas respectivas notas explicativas.

Ativos e passivos são classificados conforme seu grau de liquidez e exigibilidade e são classificados como circulantes quando for provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

A conclusão das demonstrações financeiras foi autorizada e aprovada pela Diretoria da Companhia em 29 de janeiro de 2025.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$), que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma.

3. PRÁTICAS CONTÁBEIS E USO DE ESTIMATIVAS

3.1. Práticas contábeis

As práticas contábeis aplicadas da Companhia estão apresentadas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes.

3.2. Uso de estimativas e práticas contábeis críticas

As práticas contábeis críticas são aqueles importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados e requerem os julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da Administração, frequentemente como resultado da necessidade de se fazer estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas.

Na preparação das demonstrações financeiras, a Companhia adotou determinadas premissas decorrentes de experiência histórica e outros fatores que considera como razoáveis e relevantes. Ainda que essas estimativas e premissas sejam revistas pela Companhia no curso dos negócios, a demonstração da sua condição financeira e dos resultados das operações frequentemente requer o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões inerentemente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e dos seus passivos. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados.

As principais notas explicativas vinculadas a aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas são:

Nota	Estimativas significativas
7.3	Contas a receber
9.1	Tributos diferidos
10.1 e 11.1	Imobilizado e Intangível
17.1	Provisão para processos judiciais
19.1	Receita líquida

4. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES VIGENTES E NÃO VIGENTE

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* ('IASB') e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ('CPC') são os seguintes:

Normas e interpretações novas e revisadas

a – Revisadas e vigentes

- Alterações à IAS 1 - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes;
- Alterações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras — Passivo Não Circulante com Covenants;
- Alteração à IFRS 16 - Arrendamentos — Passivo de Arrendamento em uma Transação de "Sale and Leaseback"; e
- Alterações ao CPC 40/ IAS 7 / IFRS 7 - Divulgação de informações sobre acordos financeiros.

Cabe ressaltar que para as normas e interpretações descritas acima, não houve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

b- IFRS novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis

- Alterações à IAS 21: Falta de Conversibilidade;
- IFRS 18: Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras; e
- IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações.

Cabe ressaltar que para as normas e interpretações descritas acima, a Companhia está analisando os possíveis impactos em suas demonstrações financeiras e aguardará a orientação do CPC para a aplicação desses pronunciamentos.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa representam recursos em conta corrente bancária e aplicações financeiras em operações de perfil conservador, com taxas pré-fixadas, atreladas a Selic e com liquidez diária ou com carência limitada de até 90 dias. Esses ativos podem ser prontamente convertidos em um montante conhecido de caixa, sem um risco significativo de alteração valor.

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Caixa e bancos	115	363
Aplicações financeiras	655.067	863.110
Total	<u>655.182</u>	<u>863.473</u>

As aplicações financeiras de curto prazo são compostas por operações compromissadas, CDBs e Fundos.

As operações compromissadas são títulos de renda fixa que oferecem remuneração vinculada à taxa CDI. Em 31 de dezembro de 2024, essas operações apresentaram uma rentabilidade que variou entre 71% e 99% do CDI (em 31 de dezembro de 2023 a faixa de rentabilidade ficou entre 72% e 99% do CDI). Esta modalidade de aplicação, representa um volume de R\$192.319.

As aplicações em Certificado de Depósito Bancário (CDB) de liquidez diária também são remuneradas com base na taxa CDI. Em 31 de dezembro de 2024, a rentabilidade dessas aplicações variou entre 100% e 101,5% do CDI (em 31 de dezembro de 2023 a rentabilidade variou entre 96% e 103,5% do CDI). Esta modalidade de aplicação, representa um volume de R\$281.739.

A aplicação em Fundo Turquesa, exclusivo junto à Caixa Econômica Federal, com exposição a taxas de juros SELIC/CDI, sendo a rentabilidade uma média de 95,38% do CDI. Esta modalidade de aplicação, representa um volume de R\$181.009.

É importante ressaltar que as aplicações financeiras foram realizadas com o objetivo de suprir os compromissos de caixa de curto prazo e não para fins de investimentos com outras finalidades específicas.

A mutação das aplicações financeiras é como segue:

	<u>Aplicações financeiras</u>	
	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Saldo inicial	863.110	687.807
Aplicação	3.202.914	3.348.326
Resgate	(3.477.430)	(3.270.026)
Rendimentos	66.473	97.003
Saldo final	<u>655.067</u>	<u>863.110</u>

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Letra financeira do tesouro (LFT)	634.898	10.005
Depósitos vinculados	436.762	420.577
	<u>1.071.660</u>	<u>430.582</u>
Circulante	634.898	-
Não circulante	436.762	430.582

A aplicação em Letra Financeira do Tesouro (LFT), no circulante e sem vinculação à conta reserva de garantia da dívida, tem saldo de R\$634.898, apresentando uma rentabilidade média estimada de 99,57% SELIC. Em 31 de dezembro de 2023, a rentabilidade média apurada foi de 98,95% SELIC. A aplicação em Letra Financeira do Tesouro (LFT) no não circulante e vinculada têm como finalidade garantir o financiamento estabelecido com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e demais bancos repassadores, conforme mencionado na nota explicativa nº 13. Esses depósitos são direcionados à Conta Reserva do Serviço da Dívida (CRSD), e têm proporcionado uma rentabilidade média estimada de 100,26% SELIC em 31 de dezembro de 2024. Em 31 de dezembro de 2023 esses títulos registraram 100,48% SELIC.

A mutação dos fundos de investimentos é como segue:

	<u>LFT</u>	
	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Saldo inicial	430.582	380.694
Aplicação	550.072	10.005
Resgate	-	(9.913)
Rendimentos	91.006	49.796
Saldo final	<u>1.071.660</u>	<u>430.582</u>

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

7.1 Prática contábil e uso de estimativas críticas

São registradas inicialmente pelo valor de venda quando o recebimento do valor pela contraprestação for incondicional e deduzido da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Conforme os CCEARs, o faturamento mensal é realizado com base no produto da energia contratada (em MWh) e pelo preço de venda contratado (preço atualizado anualmente).

Considerando as garantias oferecidas nos contratos bilaterais, a exposição do risco de crédito é residual, tanto para os contratos com partes relacionadas quanto com terceiros. Dada à essas características, o nível de constituição das perdas esperas não é relevante para essa classe de recebíveis. Além disso, a CCEE controla o montante de contas a receber e respectivas inadimplências do setor, diminuindo o risco de crédito nessas operações.

PECLD – perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa são constituídas com base em análise individual dos valores a receber, levando em conta eventos de inadimplência com probabilidade de ocorrência em doze meses.

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Venda de energia elétrica	435.739	436.510
Terceiros	309.243	311.541
Partes relacionadas (nota 23)	126.496	124.969
(-) PECLD (nota 7.3)	(12.016)	(11.387)
Total	<u>423.723</u>	<u>425.123</u>

7.2 Venda de energia elétrica

O saldo de contas a receber de venda de energia elétrica compreende os recebíveis conforme apresentado a seguir:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
ACR	286.808	290.397
ACL	147.585	144.767
CCEE	1.346	1.346
Total	<u>435.739</u>	<u>436.510</u>

O *aging* do contas a receber de venda de energia elétrica está apresentado como segue:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
A vencer:		
Até 30 dias	421.255	423.838
Subtotal	<u>421.255</u>	<u>423.838</u>
Vencidos:		
Até 30 dias	1.813	-
Acima de 90 dias	12.671	12.672
Subtotal	<u>14.484</u>	<u>12.672</u>
Total	<u>435.739</u>	<u>436.510</u>

7.3 Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está apresentada a seguir:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Saldo inicial	(11.387)	(11.386)
Provisão	(629)	(1)
Saldo final	<u>(12.016)</u>	<u>(11.387)</u>

8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	<u>Ref.</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	(a)	24.145	25.984
Programa de integração social e contribuição para financiamento da seguridade social – PIS/COFINS	(b)	56.371	65.515
Total		<u>80.516</u>	<u>91.499</u>
Circulante		16.227	18.447
Não circulante		64.289	73.052

- (a) O saldo do IRRF é composto pela retenção sobre aplicação financeira.
- (b) Os saldos do PIS e da COFINS a compensar são compostos pela aquisição de serviços (principalmente construção civil), máquinas e equipamentos para o ativo imobilizado, compra de energia e pagamento das tarifas de transmissão (EUST). Com a usina em operação, houve um aumento do faturamento, e este crédito fiscal passou a ser compensado com o passivo do PIS e da COFINS, em conformidade com a Escrituração Fiscal Digital - EFD Contribuições da Receita Federal do Brasil.

A movimentação dos tributos a recuperar é como segue:

	<u>31/12/2023</u>	<u>Adição de créditos gerados</u>	<u>Compensações</u>	<u>Atualização a juros Selic</u>	<u>31/12/2024</u>
IRRF	25.984	16.335	(19.861)	1.687	24.145
PIS	11.670	25.628	(27.260)	-	10.038
COFINS	53.845	118.049	(125.561)	-	46.333
Total	<u>91.499</u>	<u>160.012</u>	<u>(172.682)</u>	<u>1.687</u>	<u>80.516</u>
Circulante	18.447				16.227
Não Circulante	73.052				64.289

9. TRIBUTOS DIFERIDOS

9.1 Prática contábil e uso de estimativas críticas

Os tributos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis e são apresentadas de forma líquida nas demonstrações financeiras. Os tributos diferidos sobre prejuízos fiscais são reconhecidos apenas quando for provável que a Companhia apresente lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais prejuízos fiscais possam ser utilizados.

Os tributos diferidos são reconhecidos no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, onde também são reconhecidos em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente.

Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no exercício em que se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente na data do balanço, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos tributos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultam da forma pela qual a Companhia espera, na data do balanço, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

- a) Composição dos tributos diferidos é como segue:

<u>Natureza</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Prejuízo fiscal (i)	6.410.144	6.410.144
Diferenças temporárias tributáveis (ii)	(2.845.342)	(2.467.740)
Diferenças temporárias dedutíveis (iii)	67.354	36.699
Total	<u>3.632.156</u>	<u>3.979.103</u>
Alíquota combinada do imposto de renda e da contribuição social	34%	34%
Total	<u>1.234.933</u>	<u>1.352.895</u>

JIRAU ENERGIA S.A.
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

- (i) A Jirau Energia realiza a estimativa da compensação de seu prejuízo fiscal até o exercício a findar em 31 de dezembro de 2035, com base na projeção de lucro tributável ao longo da operação da usina, havendo expectativa de geração de lucro tributável no exercício de 2025 e exercícios futuros.

A expectativa de realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos sobre prejuízo fiscal registrado é como segue:

	<u>2025</u>	<u>2026</u>	<u>2027</u>	<u>2028</u>	<u>Entre 2029 e 2032</u>	<u>Entre 2033 e 2035</u>
Ativo fiscal diferido, líquido	94.135	208.956	309.876	431.069	2.752.866	2.613.242

- (ii) As diferenças temporárias tributáveis são compostas por:
- Exclusão dos pagamentos referentes à provisão do passivo ambiental constituído contra o ativo imobilizado R\$123.320, que serão adicionados à apuração conforme amortização desses custos (OCPC05).
 - Exclusão dos juros pagos e capitalizados ao ativo imobilizado, que serão adicionados conforme a depreciação de sua parcela no ativo no valor de R\$384.609.
 - Depreciação acelerada utilizada nos anos de 2014 a 2016 e 2023 a 2024 no valor de R\$1.956.472.
 - Ajustes líquidos referentes ao arrendamento mercantil dos guindastes R\$250 e direito de uso (aluguel escritório da Jirau Energia no RJ) R\$25, quando são excluídos os pagamentos do valor principal das parcelas e juros e adicionados os valores da depreciação.
 - Repactuação do risco hidrológico R\$380.666.
- (iii) As diferenças temporárias dedutíveis são compostas por R\$12.016 de provisão para créditos de liquidação duvidosa, R\$32.607 de provisão para contingências, R\$4.124 de provisão para bônus operacional, R\$3.936 de provisão para bônus administrativos, R\$7.026 provisão engenharia e R\$7.645 de provisão diversas.

b) Conciliação da despesa tributária com as alíquotas oficiais

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Resultado antes dos tributos	336.644	71.136
Alíquota nominal	34%	34%
Tributos às alíquotas nominais	(114.459)	(24.186)
Diferenças permanentes	(3.503)	(2.737)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(117.962)	(26.923)
Alíquota efetiva	35%	38%

10. IMOBILIZADO

10.1. Prática contábil e uso de estimativas críticas

Os ativos imobilizados estão demonstrados pelos custos de aquisição ou custos de construção, que compreendem também os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação (incluindo encargos financeiros), bem como, quando aplicável, a estimativa dos custos com desmontagem do imobilizado e de restauração do local onde o ativo está localizado, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos - (*impairment*).

A Companhia estimou o valor recuperável de seus ativos de longo prazo com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado, pautando-se nas tendências futuras do setor elétrico, tanto a partir de fontes externas de informações como dados históricos, e com base no resultado operacional e nas projeções da Companhia até o término da concessão com base no crescimento orgânico compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira.

A projeção do fluxo de caixa operacional contemplou as seguintes premissas: (a) todo o período remanescente da concessão; (b) balanço energético, efeitos do GSF e respectivo acordo além de percentuais projetados por todo o período de concessão; (c) montantes e preços de energia contratados no ACR e no ACL; (d) custos e despesas com pessoal, materiais, serviços de terceiros, encargos setoriais, compra de energia, encargos de transmissão, tributos e outras despesas e projeção de provisões a realizar após a data-base do teste.

A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base nas taxas anuais estabelecidas pela ANEEL, limitadas ao prazo de concessão. As vidas úteis dos ativos imobilizados também afetam os testes de recuperação (*impairment*) destes ativos, quando aplicáveis.

Os ativos que compõem o imobilizado estão registrados ao custo de aquisição ou construção.

	31/12/2024			2023	
	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em serviço					
Terrenos	4,00	4.737	(1.721)	3.016	3.205
Reservatórios, barragens e adutoras	3,48	4.614.507	(1.497.518)	3.116.989	3.215.352
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,34	6.668.180	(2.154.507)	4.513.673	4.724.266
Máquinas e equipamentos	4,21	10.904.756	(3.560.719)	7.344.037	7.679.048
Veículos	14,29	8.780	(5.657)	3.123	2.660
Móveis e utensílios	6,25	5.509	(2.698)	2.811	2.908
Custos ambientais	3,33	-	-	-	560.656
Direito de uso	25,00	631	-	631	631
Total em serviço		22.207.100	(7.222.820)	14.984.280	16.188.726
Em curso					
Terrenos		17.446	-	17.446	11.434
Reservatório, barragem e adutora		26.945	-	26.945	94.300
Edificações, obras civis e benfeitorias		8.438	-	8.438	-
Máquinas e equipamentos		47.632	-	47.632	21.289
Veículos		1.862	-	1.862	-
Móveis e utensílios		394	-	394	-
Outros		-	-	-	43
Total em curso		102.717	-	102.717	127.066
Total		22.309.817	(7.222.820)	15.086.997	16.315.792

A Jirau Energia utiliza as taxas de depreciação determinadas pela ANEEL, limitadas ao prazo de concessão.

JIRAU ENERGIA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

A movimentação do imobilizado é como segue:

	Em serviço								Imobilizado em curso	Total
	Terrenos	Reservatório - barragens - adutoras	Edificações - obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Custos socioambientais	Outros (*)		
Saldos em 31/12/2023	3.205	3.215.352	4.724.266	7.679.048	2.660	2.908	560.656	631	127.066	16.315.792
Adições	-	-	-	-	1.296	-	-	-	42.294	43.590
Unitização	-	47.930	-	17.944	157	302	-	-	(66.643)	(310)
Transferências (a)	-	-	-	152	(91)	(61)	(286.897)	-	-	(286.897)
Baixas custos socioambientais (a)	-	-	-	-	-	-	(282.321)	-	-	(282.321)
Baixas	-	-	-	(39)	-	-	-	-	-	(39)
Depreciação	(189)	(146.293)	(210.593)	(353.068)	(899)	(338)	8.562	-	-	(702.818)
Saldos em 31/12/2024	3.016	3.116.989	4.513.673	7.344.037	3.123	2.811	-	631	102.717	15.086.997
Saldos em 31/12/2022	3.395	3.336.596	4.935.992	8.016.642	4.119	3.040	586.298	22.930	72.230	16.981.242
Adições	-	-	-	-	184	-	-	-	91.474	91.658
Unitização	-	24.582	-	11.843	-	213	-	-	(36.638)	-
Transferências (b)	-	117	(1.055)	7.382	(1.906)	(24)	-	(22.299)	-	(17.785)
Baixas	-	(728)	(279)	(808)	(862)	(15)	-	-	-	(2.692)
Depreciação	(190)	(145.215)	(210.392)	(356.011)	1.125	(306)	(25.642)	-	-	(736.631)
Saldos em 31/12/2023	3.205	3.215.352	4.724.266	7.679.048	2.660	2.908	560.656	631	127.066	16.315.792

(*) Saldo composto por sobressalentes e direito de uso.

(a) Valores decorrentes do recálculo da provisão dos custos ambientais (vide nota 17.5) pelo período da Licença de Operação (LO) e transferência desses custos para o ativo intangível (vide nota 11).

(b) Valor refere-se, principalmente, a materiais sobressalentes, classificados anteriormente em imobilizado – outros, transferidos para almoxarifado.

11. INTANGÍVEL

11.1. Prática contábil e uso de estimativas críticas

Os ativos intangíveis estão demonstrados pelos custos de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos - (*impairment*).

Os bens e instalações vinculados ao direito de uso da concessão de serviços públicos possuem taxa de amortização que representam sua vida útil-econômica, limitadas ao prazo de concessão.

Por natureza, o ativo intangível está constituído da seguinte forma:

	31/12/2024			31/12/2023	
	Taxas anuais médias de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em serviço					
Uso do bem público	3,30	117.151	(44.953)	72.198	76.067
Direito de uso da concessão – repactuação GSF (a)	4,13	438.744	(58.078)	380.666	398.793
Custos Socioambientais Licença de Operação (c)	19,67	487.721	(205.527)	282.194	-
Direito de uso de software	20,00	24.803	(23.807)	996	1.127
Total em serviço		1.068.419	(332.365)	736.054	475.987
Em curso					
Software		411	-	411	-
Servidões (b)		1.176	-	1.176	1.196
Total em curso		1.587	-	1.587	1.196
Total		1.070.006	(332.365)	737.641	477.183

JIRAU ENERGIA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

- (a) A CCEE forneceu cálculo dos períodos de extensão de outorga para o grupo de UHEs, amortizado pelo prazo de concessão.
- (b) Processos cíveis de questões fundiárias.
- (c) Valores decorrentes do recálculo da provisão dos custos ambientais (vide nota 17.5) pelo período da Licença de Operação (LO).

A movimentação do intangível é como segue:

	Em serviço				Intangível (em curso)	Total
	UBP	Software	GFOM	Custos Socioambientais Licença de Operação		
Saldos em 31/12/2023	76.067	1.127	398.793	-	1.196	477.183
Adições	-	-	-	-	777	777
Unitização	-	310	-	-	-	310
Transferências	-	-	-	286.897	-	286.897
Baixas	-	-	-	-	(386)	(386)
Amortização	(3.869)	(441)	(18.127)	(4.703)	-	(27.140)
Saldos em 31/12/2024	72.198	996	380.666	282.194	1.587	737.641
Saldos em 31/12/2022	79.934	1.303	416.920	-	-	498.157
Adições	-	286	-	-	1.196	1.482
Amortização	(3.867)	(462)	(18.127)	-	-	(22.456)
Saldos em 31/12/2023	76.067	1.127	398.793	-	1.196	477.183

12. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR

	31/12/2024	31/12/2023
Energia elétrica	61.164	100.584
Terceiros	61.164	99.465
Partes relacionadas (nota 23)	-	1.119
Encargos de uso da rede	70.182	79.173
Terceiros	60.567	69.609
Partes relacionadas (nota 23)	9.615	9.564
Materiais e serviços	93.754	99.578
Terceiros	93.754	99.578
Retenções contratuais	4.558	4.733
Terceiros	4.558	4.733
Total	229.658	284.068
Circulante	163.776	217.861
Não Circulante	65.882	66.207

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As dívidas são inicialmente reconhecidas pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações e dos eventuais pagamentos. Posteriormente são mensuradas pelo custo amortizado, utilizando-se o método da taxa de juros efetiva e ou valor justo por meio do resultado.

13.1 Dívida líquida

A Companhia avalia a dívida líquida com o objetivo de assegurar a continuidade dos seus negócios no longo prazo.

A dívida líquida é composta como segue:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Empréstimos e financiamentos	9.490.080	10.057.589
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 5)	(655.182)	(863.473)
(-) Aplicações financeiras (nota 6)	<u>(1.071.660)</u>	<u>(430.582)</u>
Dívida líquida	<u>7.763.238</u>	<u>8.763.534</u>
Total do Patrimônio Líquido	9.171.769	8.953.088
Índice de endividamento líquido	0,85	0,98

13.2 Empréstimos e financiamentos

As dívidas da Companhia são compostas por recursos captados através de empréstimos bancários, em Real brasileiro ("R\$"). As dívidas são inicialmente registradas pelo valor justo, que normalmente refletem os valores liberados pelos credores, líquido dos custos de transação e eventuais pagamentos. Subsequentemente, as dívidas são reconhecidas pelo: i) custo amortizado; ou ii) valor justo por meio do resultado.

(i) Saldos dos contratos por moeda e modalidade de taxa de juros

	<u>Moeda</u>	<u>Encargos anuais</u>	<u>Prazo</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
BNDDES	R\$	TJLP + 2,25%	Janeiro/2035	4.677.530	4.969.287
Caixa Econômica Federal	R\$	TJLP + 2,65%	Janeiro/2035	1.359.028	1.436.809
Banco do Brasil	R\$	TJLP + 2,65%	Janeiro/2035	1.358.593	1.436.351
Bradesco	R\$	TJLP + 2,65%	Janeiro/2035	978.223	1.034.211
Itaú BBI	R\$	TJLP + 2,65%	Janeiro/2035	917.077	969.566
Banco do Nordeste	R\$	TJLP + 2,65%	Agosto/2034	199.629	211.365
Subtotal				<u>9.490.080</u>	<u>10.057.589</u>
Custos de captação				(62.084)	(65.338)
Total				<u>9.427.996</u>	<u>9.992.251</u>
Circulante				716.419	676.438
Não Circulante				8.711.577	9.315.813

(ii) Fluxo de pagamento futuros de dívida

Quadro de cronograma de amortização dos financiamentos de longo prazo em 31 de dezembro de 2024:

2026	1.030.495
2027	1.030.495
2028	1.030.495
2029	1.030.495
Entre 2030 e 2035	<u>4.648.969</u>
Subtotal	<u>8.770.949</u>
Custos de captação	<u>(59.372)</u>
Total	<u>8.711.577</u>

(iii) Reconciliação da dívida com os fluxos de caixa e outras movimentações

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31/12/2023	676.438	9.315.813	9.992.251
Efeitos no fluxo de caixa:			
Captações	2.240	-	2.240
Transferências	1.482.207	(1.482.207)	-
Pagamentos (juros)	(794.803)	-	(794.803)
Pagamentos (principal)	(649.663)	-	(649.663)
Efeitos não caixa:			
Juros no resultado	-	874.722	874.722
Comissões	-	3.249	3.249
Saldo em 31/12/2024	716.419	8.711.577	9.427.996
Saldos em 31/12/2022	622.266	9.858.378	10.480.644
Efeitos no fluxo de caixa:			
Transferências	1.485.537	(1.485.537)	-
Pagamentos (juros)	(838.511)	-	(838.511)
Pagamentos (principal)	(592.854)	-	(592.854)
Efeitos não caixa:			
Juros no resultado	-	939.729	939.729
Comissões	-	3.243	3.243
Saldo em 31/12/2023	676.438	9.315.813	9.992.251

(iv) Garantias (Fianças)

Conforme Carta 197/2020, o BNDES informa que após a assinatura do aditivo do Contrato de Cessão de Fiduciária de Direitos, Administração de Contas e Outras Avenças ("Contrato de Cessão"), refletindo no item I da decisão descrita na Carta AE/DEENE1 nº 138 e, a Jirau Energia poderá exercer, a qualquer tempo e até que sejam atendidas as condições para a exoneração da fiança corporativa, a possibilidade de apresentação de fiança bancária, emitida com validade mínima de 24 meses, a fim de garantir 2/3 do saldo da Conta Reserva.

A Garantia é composta por 100% da aplicação em conta reserva. A Conta Reserva do Serviço da Dívida - CRSD é equivalente a três prestações do Serviço da Dívida mesmo na hipótese de não atingimento do ICSD mínimo (vide nota 4).

Os contratos de financiamento também preveem que, se a Jirau Energia não vendesse sua energia destinada ao ACL, os acionistas da Jirau Energia adquiririam essa energia na proporção de suas participações no capital da Companhia, a um determinado preço definido nos contratos de financiamento.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui o montante de R\$436.762 (R\$420.577 em 31 de dezembro de 2023), aplicado em Títulos Públicos Federais - LFT, em conta reserva, com uma rentabilidade média de 100,26% em relação à taxa Selic diária.

(v) Condições restritivas financeiras (Covenants)

Conforme o Contrato de Financiamento direto com o BNDES e o Contrato de Financiamento na modalidade de repasse, por meio do sindicato de bancos, a Jirau Energia deveria manter um índice anual de capitalização (patrimônio líquido/ativo total) igual ou superior a 0,2 até 31 de dezembro de 2016, e igual ou superior a 0,25 nos exercícios subsequentes. Em 31 de dezembro de 2024, a Jirau Energia apresentou um índice de capitalização de 0,47 (0,44 em 31 de dezembro de 2023).

A obrigação da Jirau Energia de recompor o saldo da CRSD em seis prestações caso não atinja, ao final do exercício, o ICSD mínimo de 1,2, foi extinta. No entanto, para que ocorra a desoneração das fianças dos Interventores é mandatório o atingimento do referido índice por dois anos consecutivos, sem qualquer redução das quantidades de energia contratadas nos CCEALs nesse período.

O ICSD é calculado pela equação “*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA*” dividido pelo Serviço da Dívida (amortização de principal mais pagamento de juros), com base nas informações expressas nas demonstrações financeiras auditadas por empresas registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), em base anual (meta de 1,2x). O índice apurado e verificado no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 foi de 1,37x (em 31 de dezembro de 2023 foi de 1,27x).

14. TRIBUTOS A RECOLHER

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Programa de integração social e contribuição para financiamento da seguridade social – PIS/COFINS	17.148	22.466
Imposto sobre circulação de mercadorias – ICMS	124	277
ISSQN	152	315
Encargos sociais	935	928
Total	<u>18.359</u>	<u>23.986</u>

15. ENCARGOS SETORIAIS

Os encargos setoriais são contabilizados como custos e são apurados pelo regime de competência.

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D (a)	73.831	67.532
Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos - CFURH	9.328	7.954
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	1.289	1.185
Total	<u>84.448</u>	<u>76.671</u>
Circulante	74.602	65.900
Não Circulante	9.846	10.771

- (a) Em conformidade com a lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, as empresas autorizadas à produção independente de energia elétrica devem aplicar, anualmente, um percentual mínimo de sua receita operacional líquida - ROL em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica - P&D, segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL.

16. USO DO BEM PÚBLICO (UBP)

Em 13 de agosto de 2008, a Jirau Energia celebrou o contrato de concessão de uso do bem público, com o intuito de regular a exploração do potencial de energia hidráulica localizado no Rio Madeira.

Com o início da operação comercial da primeira unidade geradora, a Jirau Energia está obrigada a ressarcir a União pelo UBP, o montante atualizado de R\$1.671, reajustado anualmente no mês de agosto, pela variação do IPCA. O encargo pelo UBP será devido até o 35º ano de concessão da UHE Jirau.

Buscando refletir adequadamente a outorga onerosa da concessão e a respectiva obrigação perante o Poder Concedente, os valores das concessões foram registrados no ativo intangível em contrapartida ao passivo.

A seguir apresentamos a mutação dos saldos:

Saldos em 31/12/2023	157.309
Atualização monetária	23.070
Pagamentos	<u>(19.481)</u>
Saldos em 31/12/2024	<u>160.898</u>

Circulante	19.193
Não circulante	141.705

Saldos em 31/12/2022	153.727
Atualização monetária	22.283
Pagamentos	<u>(18.701)</u>
Saldos em 31/12/2023	<u>157.309</u>

Circulante	19.193
Não circulante	138.116

17. PROVISÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

17.1 Prática contábil e uso de estimativas críticas

As provisões são reconhecidas quando: (i) a companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável. Os passivos contingentes não são reconhecidos. Passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível. As contingências são definidas com base em avaliação e qualificação dos riscos de perda e são provisionadas quando há risco provável.

17.2 Provisão para litígios

A Companhia é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cíveis e fiscais, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões a Companhia considera a opinião dos assessores jurídicos quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração da Companhia consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

O passivo em discussão judicial é mantido até o encerramento definitivo da ação, motivado por decisões judiciais, sobre as quais não caibam mais recursos. Caso ocorra a alteração do prognóstico provável de alguma causa para possível ou remoto, serão realizadas as devidas tratativas contábeis para a baixa do passivo.

As provisões constituídas estão compostas como segue:

	Contingências		
	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldos em 31/12/2023	3.601	14.245	17.846
Adição	1.217	26.787	28.004
Pagamentos/Indenizações	(567)	(386)	(953)
Baixa/reversão	-	(133)	(133)
Atualização	469	5.220	5.689
Saldos em 31/12/2024	4.720	45.733	50.453

Não circulante 50.453

	Contingências		
	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldos em 31/12/2022	3.707	2.429	6.136
Adição	809	13.019	13.828
Pagamentos/Indenizações	(605)	(881)	(1.486)
Baixa/reversão	(631)	(1.901)	(2.532)
Atualização	321	1.579	1.900
Saldos em 31/12/2023	3.601	14.245	17.846

Circulante 3.601

Não circulante 14.245

17.3 Provisões para processos judiciais

(i) Trabalhistas

Atualmente, a Jirau Energia possui 47 processos trabalhistas com classificação de perda provável, dentre as quais 6 delas foram ajuizadas por ex-empregados da Jirau Energia, enquanto as demais referem-se a demandas propostas por ex-empregados de empresas contratadas, nas quais é pleiteado o reconhecimento da responsabilidade solidária ou subsidiária da Jirau Energia. Por haver provável desembolso futuro em tais processos, encontra-se provisionado, em 31 de dezembro de 2024, o valor de R\$4.720 (R\$3.601 em 31 de dezembro de 2023, quando havia 38 processos com risco de perda provável). Os principais pedidos objeto das ações trabalhistas envolvem as seguintes matérias: horas extras, horas “in itinere”, adicional de periculosidade ou insalubridade, diferença salarial e danos morais e materiais.

Além dos valores provisionados, a Companhia possui um total estimado de R\$9.385 em 31 de dezembro de 2024 (R\$7.519 em 31 de dezembro de 2023) em 25 processos trabalhistas com expectativa de perda possível. Estes 25 processos representam majoritariamente reclamações trabalhistas propostas por ex-funcionários de empresas contratadas, nas quais é pleiteado o reconhecimento da responsabilidade solidárias ou subsidiária da Companhia. A Companhia adota a incidência do IPCA-E na fase pré-judicial e, a partir da data de ajuizamento da ação, a incidência da taxa Selic como índice de correção das contingências trabalhistas, conforme decisão do Superior Tribunal Federal - STF, publicada em dezembro de 2020.

(ii) Cíveis

O valor provisionado até 31 de dezembro de 2024 é de R\$45.733 (R\$14.245 em 31 de dezembro de 2023), dos quais R\$23.293 se referem a processos cíveis de questões fundiárias e indenizatórias de pescadores, sendo que parte desse valor, no montante de R\$ 9.147, foi incluído em 2024, e o valor de R\$ 22.331, inteiramente incluído em 2024, se refere a uma ação de execução movida pelo estado de Rondônia para cobrança de multa ambiental.

Além dos valores provisionados, a Companhia possui um total estimado de R\$655.888 em 31 de dezembro de 2024 (R\$558.970 em 31 de dezembro de 2023) em 309 processos cíveis com expectativa de perda possível, referentes a ações indenizatórias, ambientais, fundiárias e questões envolvendo fornecedores. Desses 309 processos, 128 são ações indenizatórias que tramitam perante juízos cíveis, propostas por supostos pescadores que alegam ter verificado, somente após a construção das barragens, redução da atividade de pesca nas áreas contíguas aos empreendimentos hidrelétricos instalados no rio Madeira, 159 referem-se a processos fundiários. Os demais processos referem-se a 5 ações judiciais ambientais, 12 processos administrativos ambientais, 2 ações judiciais de cunho indenizatório movidas por ex-fornecedores, 2 ações em matéria regulatória e 1 ação de obrigação de fazer sem valor envolvido.

Na esfera administrativa, a Companhia recorre perante o Instituto Chico Mendes de Biodiversidade - ICMBio de Auto de Infração, no valor atualizado de R\$87.255 até dezembro de 2024, lavrado pelo chefe do Parque Nacional do Mapinguari, por suposto dano em floresta nativa no interior do parque, decorrente de modificações ocorridas na definição dos limites do referido parque, após o enchimento de seu reservatório.

Em março de 2024, houve a decisão administrativa de mérito que confirmou integralmente a multa emitida no Auto de Infração, ao mesmo tempo em que manteve a suspensão da sanção de embargo, a qual também foi aplicada na autuação. Após essa decisão, a Companhia continua em busca de um acordo com o ICMBio. No entanto, caso tal acordo não se concretize, a Companhia prosseguirá com a discussão por meio de medidas judiciais.

Os valores foram atualizados nos termos da lei e conforme decisões judiciais para cada caso.

(iii) Fiscais

A Companhia não possui processos fiscais com provável desembolso futuro.

A Companhia possui um total estimado em R\$55.561 em 31 de dezembro de 2024 (R\$58.665 em 31 de dezembro de 2023) em 35 ações tributárias de naturezas diversas com expectativa de perda possível. Este montante inclui processos administrativos fiscais.

O principal processo que a Companhia possui relativo a créditos tributários e que tramita na esfera administrativa, na Receita Federal do Brasil, refere-se ao indeferimento pelo Fisco do pedido de homologação de compensação de créditos tributários de IRPJ dos exercícios fiscais de 2011 a 2013 no valor de R\$17.216 (atualização pela taxa Selic Acumulada até 31 de dezembro de 2024). Após apresentação de recurso da Jirau Energia com toda a documentação comprobatória, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) julgou, em 17 de outubro de 2019, e deu provimento ao recurso da Companhia para reconhecer a regularidade da documentação apresentada e autorizar que o mérito do pedido de compensação seja analisado pela Receita Federal. O acórdão do CARF foi disponibilizado em 27 de novembro de 2019 e a Companhia vem tomando as providências para que o pedido de homologação de compensação seja analisado com urgência, contudo, não houve andamentos relevantes até 31 de dezembro de 2024.

17.4 Depósito judicial

Os montantes relativos aos depósitos judiciais indicados acima referem-se a valores vinculados a processos judiciais em curso

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Processos cíveis	764	1.914
Processos trabalhistas	1.161	1.115
	<u>1.925</u>	<u>3.029</u>

17.5 Provisões socioambientais

As obrigações de meio ambiente são derivadas das condicionantes dos programas do Projeto Básico Ambiental – PBA que é composto por programas socioambientais que tem o objetivo de mitigar e compensar os impactos potenciais e decorridos da implantação do respectivo empreendimento. Este projeto básico ambiental faz parte do processo de licenciamento ambiental para se obter as Licenças Prévias (LP), Licenças de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO) que o empreendedor deve aprovar, executar e acompanhar perante os órgãos licenciadores que no caso da Jirau Energia é o IBAMA e por órgãos intervenientes, que participam do processo, como FUNAI, IPHAN, MS, ANA, ANM.

Em dezembro de 2024, conforme reavaliação da Companhia, foi atualizada a provisão para custos ambientais correspondentes a 1ª renovação da licença de operação (LO), para dar continuidade aos programas exigidos anteriormente, que vigorarão até dezembro de 2029, de forma a refletir o saldo das provisões impostas pelos programas ambientais mencionados na 1ª renovação da LO. Os valores nominais foram projetados até o término da licença de operação e trazidos a valor presente a taxa de 10,65% (WACC atual do empreendimento). Os custos ambientais serão reavaliados a partir de 2029 quando da renovação da 2ª LO e uma nova provisão será constituída baseada nos programas descritos pela nova licença bem como amortizados pelo novo período determinado.

As provisões ambientais constituídas estão compostas como segue:

Saldos em 31/12/2023	595.538
Atualização monetária	37.000
Baixas custos socioambientais	(282.321)
Pagamentos	(60.392)
Saldos em 31/12/2024	289.825
Circulante	128.387
Não circulante	161.438
Saldos em 31/12/2022	610.940
Atualização monetária	39.542
Pagamentos	(54.944)
Saldos em 31/12/2023	595.538
Circulante	113.419
Não circulante	482.119

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

18.1 Capital social autorizado

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$12.000.000.000, por deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária.

18.2 Capital social

Em 31 de dezembro de 2024, a Jirau Energia registra um capital social subscrito e integralizado de R\$11.673.710, dividido em 11.673.710.000 de ações ordinárias, todas escriturais e sem valor nominal (R\$11.673.710, em 31 de dezembro de 2023).

	<u>Participação (%)</u>
Engie Brasil Participações Ltda.	40,0
CGT Eletrosul Centrais Elétricas S.A. (ELETROSUL)	20,0
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF)	20,0
Mizha Energia Participações S.A.	20,0
Total	100,0

Conforme as obrigações estabelecidas na cláusula quinta do Acordo de Acionistas da Jirau Energia, os acionistas comprometem-se, na proporção das respectivas participações percentuais, a subscrever e integralizar capital, de acordo com o que dispuser o Cronograma de Aporte de Recursos.

Caso qualquer acionista deixe de integralizar o capital na Jirau Energia por ele subscrito, os demais acionistas, após cinco dias úteis sem que tenha sido sanada a inadimplência, terão o direito de, na proporção de sua participação no capital social (excluída a participação do acionista inadimplente): (i) integralizar tal parcela do capital social; (ii) adquirir as ações já integralizadas; e/ou (iii) adquirir as ações ainda não integralizadas.

Os acionistas da Jirau Energia obrigam-se a não alienar as ações de sua propriedade, salvo com a anuência dos demais acionistas.

19. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

19.1. Prática contábil e uso de estimativas críticas

A receita é reconhecida no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado e quando podem ser mensuradas de forma confiável. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho.

Com o início da entrega dos montantes de energia dos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (ACR) - CCEARs, a Jirau Energia passou a auferir receita operacional.

A Companhia vende a energia produzida em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre (ACL), onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no Ambiente de Contratação Regulado (ACR), onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores.

Além da receita comercializadas nos ambientes livre e regulado (ACL e ACR), a Companhia obtém receita decorrente da liquidação das sobras de energia na CCEE.

A conciliação entre a receita operacional bruta e a receita líquida de venda, é como segue:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Receitas operacional bruta		
Ambiente Regulado - ACR	2.438.112	2.329.641
Ambiente Livre - ACL Partes relacionadas (nota 23)	1.355.614	1.289.369
Ambiente Livre - ACL Contratos bilaterais	149.891	107.011
Transações no âmbito - CCEE	36.818	31.639
Outras receitas	2.698	936
Total	3.983.133	3.758.596
(-) Deduções da receita operacional bruta		
COFINS	(300.841)	(284.131)
PIS	(65.314)	(61.686)
Investimentos P&D	(34.830)	(32.937)
Total	(400.985)	(378.754)
Receita operacional, líquida	3.582.148	3.379.842

20. CUSTO DE OPERAÇÃO

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Custo de energia vendida		
Encargos de uso da rede elétrica	(795.327)	(805.222)
Compra de energia bilateral	(507.529)	(514.584)
Resultado com transações na CCEE	(47.466)	(50.179)
Repactuação risco hidrológico (GSF)	(20.504)	(20.504)
Total	<u>(1.370.826)</u>	<u>(1.390.489)</u>
Demais custos de operação		
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH	(80.958)	(71.506)
Custos com pessoal	(48.178)	(42.811)
Equipamentos	(8.496)	(30.851)
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica - TFSEE	(15.467)	(14.215)
Seguros	(10.963)	(10.189)
Serviços de terceiros	(39.175)	(14.650)
Depreciação e amortização	(723.692)	(755.304)
Outros custos	(34.620)	(37.072)
Total	<u>(961.549)</u>	<u>(976.598)</u>
Total custos de operação	<u>(2.332.375)</u>	<u>(2.367.087)</u>

21. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Pessoal	(31.241)	(25.704)
Administradores (nota 23.1)	(9.391)	(9.723)
Serviço de terceiros	(31.377)	(25.607)
Depreciação e amortização	(5.341)	(5.519)
Constituição / (Reversão) de contingências	(23.591)	921
Aluguéis	(3.240)	(3.757)
Manutenção e conservação de edifícios	(4.246)	(2.814)
Contribuições	(5.205)	(4.321)
Veículos e transportes	(48)	(39)
Material	(2.063)	(1.313)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(629)	-
Outros	(5.771)	(5.463)
Total despesas gerais e administrativas	<u>(122.143)</u>	<u>(83.339)</u>

22. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Receitas Financeiras		
Renda da aplicação financeira	157.479	152.074
Atualização monetária	5.790	5.611
(-) PIS/COFINS sobre receitas financeiras	(7.841)	(7.414)
Outras receitas financeiras	61	2
Total	<u>155.489</u>	<u>150.273</u>
Despesas Financeiras		
Encargos sobre dívida	(874.722)	(939.729)
Atualização UBP	(23.070)	(22.283)
Atualização custos ambientais (AVP)	(37.000)	(39.542)
Comissões	(8.277)	(4.327)
Outras despesas financeiras	(3.406)	(2.672)
Total	<u>(946.475)</u>	<u>(1.008.553)</u>
Resultado Financeiro	<u>(790.986)</u>	<u>(858.280)</u>

23. PARTES RELACIONADAS

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados de maneira líquida, a seguir:

Ref.	<u>Ativo / (Passivo)</u>		<u>Receita / (Despesa)</u>		
	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>	
<u>Receita / (Compra) de Energia Elétrica</u>					
Geramamoré Participações e Comercializadora de Energia Ltda. (Empresa do Grupo Engie)	(a)	77.158	73.438	798.865	761.507
Centrais Elétricas Brasileiras S.A – Eletrobras (*)	(a)	47.292	49.584	532.577	507.672
Engie Brasil Energia S.A.	(a)	2.046	828	24.172	20.190
		<u>126.496</u>	<u>123.850</u>	<u>1.355.614</u>	<u>1.289.369</u>
<u>EUST – Encargos do uso do sistema de transmissão</u>					
Centrais Elétricas Brasileiras S.A – Eletrobras (*)	(b)	(9.615)	(9.564)	(125.848)	(102.861)
		<u>(9.615)</u>	<u>(9.564)</u>	<u>(125.848)</u>	<u>(102.861)</u>
<u>Outras Receitas / (Despesas)</u>					
Centrais Elétricas Brasileiras S.A – Eletrobras (*)		1.045	1.045	-	-
		<u>1.045</u>	<u>1.045</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
TOTAL		<u>117.926</u>	<u>115.331</u>	<u>1.229.766</u>	<u>1.186.508</u>

(*) Valores referentes as empresas Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – CHESF e Companhia de Geração e Transmissão de Energia Elétrica do Sul do Brasil - CGT atualmente representada pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A - Eletrobras.

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão descritas abaixo

- (a) Contratos de venda de energia, atualizados anualmente pelo IPCA, com os acionistas da Jirau Energia; e
- (b) Uso de rede - EUST com base no Contrato de Uso do Sistema de Transmissão firmado com o ONS para a utilização das instalações de transmissão da rede básica.

23.1 Remuneração da administração

As remunerações relacionadas às pessoas chaves da Administração, composta por Diretoria Executiva e membros do Conselho da Administração da Companhia reconhecidas no resultado do exercício, estão apresentados como segue:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Remuneração	6.724	7.262
Encargos	1.916	1.798
Benefícios	751	663
Total	<u>9.391</u>	<u>9.723</u>

24. PLANOS DE CONTRIBUIÇÃO

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a administradores e empregados no resultado, nos períodos em que os serviços são prestados pelos administradores e empregados.

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Previdência privada empregados	1.173	1.159
Previdência privada administradores	138	145
Total	<u>1.311</u>	<u>1.304</u>

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

25.1 Gestão de risco de capital

A Jirau Energia implementa uma gestão ativa do seu capital visando garantir a continuidade das suas atividades normais, ao mesmo tempo em que busca maximizar o retorno para todas as partes interessadas envolvidas nas operações, por meio da otimização do equilíbrio entre dívidas e patrimônio. A estratégia geral da Jirau Energia tem se mantido inalterada desde 2013.

No âmbito da gestão de capital, o objetivo primordial da Jirau Energia é garantir a continuidade das operações iniciadas em setembro de 2013 (conforme mencionado na nota explicativa nº 1), proporcionando retorno aos acionistas e mantendo uma estrutura de capital adequada para minimizar os custos associados. A Jirau Energia não está sujeita a nenhum requisito externo específico em relação ao capital, exceto pelo índice de capitalização descrito na nota explicativa nº 13.

A Diretoria Financeira da Jirau Energia revisa trimestralmente a estrutura de capital, levando em consideração o custo do capital e os riscos associados a cada classe de capital. Essa revisão tem como objetivo assegurar uma alocação eficiente dos recursos e uma estrutura de capital equilibrada.

25.2 Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados.

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue:

Custo amortizado (CA): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais; e

Valor justo por meio do resultado (VJR): todos os demais ativos financeiros.

(ii) Passivo financeiro

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

	Mensuração	Contábil		Mercado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	VJR	655.067	863.473	655.067	863.473
Aplicações financeiras (Letra financeira do tesouro)	VJR	634.898	10.005	634.898	10.005
Aplicações financeiras (Depósitos vinculados)	VJR	436.762	420.577	436.762	420.577
Contas a receber de clientes	CA	423.723	425.123	423.723	425.123
Total		<u>2.150.450</u>	<u>1.719.178</u>	<u>2.150.450</u>	<u>1.719.178</u>
Passivos financeiros					
Fornecedores	CA	229.658	284.068	229.658	284.068
Uso do bem público	CA	160.898	157.309	160.898	157.309
Empréstimos e financiamentos	CA	9.427.996	9.992.251	9.427.996	9.992.251
Total		<u>9.818.552</u>	<u>10.433.628</u>	<u>9.818.552</u>	<u>10.433.628</u>

CA – Custo amortizado

VJR – Valor justo por meio do resultado

25.3 Objetivo dos riscos financeiros

Os valores estimados de realização de ativos e passivos financeiros da Jirau Energia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e de metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerando o julgamento da Administração, foi requerida a interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada.

Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderiam ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de metodologias de mercado pode produzir efeitos diferentes nos valores de realização estimados.

As condições financeiras e os resultados das futuras operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um dos fatores de risco descritos a seguir.

25.3.1 Risco de taxa de juros e índices flutuantes

O risco de taxa de juros e índices flutuantes está relacionado à possibilidade de a Jirau Energia incorrer em perdas devido à variação das taxas de juros aplicadas aos seus passivos e ativos. A Jirau Energia está exposta a taxas de juros flutuantes associadas às variações da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP (em contratos de financiamentos), ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA (referente ao ressarcimento à União pelo UBP), e ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI (em aplicações financeiras).

Análise de sensibilidade

Considerando a volatilidade histórica das taxas de juros e dos índices de preços, a Jirau Energia realizou uma análise de sensibilidade em relação aos seus ativos e passivos financeiros, a fim de demonstrar os possíveis impactos nos resultados, com base em premissas consideradas prováveis.

Para o cálculo do impacto em 31 de dezembro de 2024, foram consideradas as seguintes variações de taxas: TJLP, DI e IPCA.

(i) Variação na taxa de juros de longo prazo (TJLP)

<u>Operação</u>	<u>Exposição</u>	<u>Risco</u>	<u>Impacto (cenário provável)</u>	<u>Impacto cenário A</u>	<u>Impacto cenário B</u>
Financiamentos	9.490.080	Aumento da TJLP	(51.246)	(23.725)	(47.450)
Referência para financiamentos		Taxa em 31/12/2024	Cenário Provável	0,25%	0,50%
TJLP		7,43%	7,97%	7,68%	7,93%

Demonstra o saldo total da dívida com o BNDES em 31 de dezembro de 2024, considerando a TJLP de 7,43% a.a. Para o próximo trimestre de 2025, projetamos uma expectativa de 7,97% a.a., com base na taxa informada pelo BNDES com vigência até março de 2025.

Em relação aos financiamentos, os cenários A e B consideram aumento da TJLP em (0,25%) e (0,50%), respectivamente, com base na taxa vigente até dezembro 2024.

(ii) Variação DI

<u>Operação</u>	<u>Exposição</u>	<u>Risco</u>	<u>Impacto (cenário provável)</u>	<u>Impacto cenário A</u>	<u>Impacto cenário B</u>
Ativos financeiros (Aplicações em CDB e operação compromissada e depósitos vinculados)	1.726.727	Queda do CDI (Selic) 2025	(8.978)	(3.354)	(30.174)
Referência para ativos financeiros		Taxa de 31/12/2024	Cenário Provável	(0,25%)	(2,25%)
CDI		12,25%	11,75%	12,00%	10,00%

Demonstra o saldo das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2024, a uma taxa Selic de 12,25% para o final do exercício (Banco Central).

Para o cenário provável de 2025, de forma a refletir risco de queda, foi considerada uma variação negativa estimada de 0,50% em relação a Selic fechada em 31/12/2024.

Em relação às aplicações financeiras, os cenários A (2026) e B (2027), para estimativa de Risco em decorrência de queda da taxa base, foi considerada a simulação da redução da Selic em (0,25%) e (2,25%), respectivamente, em relação a posição fechada em 31/12/2024. (FOCUS 27/12/2024)

(iii) Variação no IPCA

Operação	Exposição	Risco	Impacto (cenário provável)	Impacto cenário A	Impacto cenário B
UBP a pagar	160.898	Aumento do IPCA	(499)	209	917
Referência para UBP a pagar		Taxa em 27/12/2024	Cenário Provável	10%	20%
IPCA		4,71%	4,40%	4,84%	5,28%

Demonstra o saldo do UBP em 31 de dezembro de 2024, considerando a taxa estimada do IPCA de 4,71% para o período, de acordo com o relatório Focus de 27 de dezembro de 2024, e cuja meta para 2024 é de 4,40% a.a. de acordo com o mesmo relatório.

Em relação ao UBP a pagar, os cenários A e B consideram um aumento do IPCA de 10% e 20% sobre a meta para 2024 respectivamente

25.3.2 Risco de liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez da Jirau Energia é de responsabilidade da Diretoria Financeira, que controla as necessidades de captação e gestão de liquidez de curto, médio e longo prazos, pelo monitoramento permanente dos fluxos de caixa previstos e reais.

No intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, a Jirau Energia utiliza a política de caixa mínimo, revisado anualmente com base nas projeções de caixa e monitorado mensalmente por essa Diretoria. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

(i) Tabelas do risco de liquidez e juros

As tabelas a seguir mostram, em detalhes, o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Jirau Energia, bem como os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros, com base na data mais próxima em que a Jirau Energia deve quitar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Jirau Energia deve quitar as respectivas obrigações.

JIRAU ENERGIA S.A.
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

	Taxa de juros efetiva média ponderada - %	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
31 de dezembro de 2024							
Financiamentos	TJLP+Spread	119.375	358.709	960.916	8.941.063	3.910.526	14.290.589
Fornecedores	-	163.776	-	-	65.882	-	229.658
UBP a pagar	IPCA	1.671	5.013	13.368	80.208	279.057	379.317
Provisão custos ambientais	10,65	10.699	32.097	85.592	31.889	129.549	289.826
Total dos passivos		295.521	395.819	1.059.876	9.119.042	4.319.132	15.189.390

26. SEGUROS

A Jirau Energia promove a contratação de todos os seguros necessários para atender à legislação, às obrigações contratuais do financiamento obtido com o BNDES e às obrigações de concessão, transferindo para as seguradoras os riscos relacionados a operação da usina.

Os seguros contratados pela Companhia estão demonstrados a seguir:

Tipo de cobertura	Limite máximo de garantia R\$	Vigência da cobertura
Riscos operacionais	1.000.000.000	30/06/2024 a 30/12/2025
Responsabilidade civil geral	70.000.000	30/06/2024 a 30/06/2026
Responsabilidade civil de administradores (D&O)	50.000.000	31/12/2024 a 31/12/2025
Frota	100% da tabela FIPE	27/04/2024 a 27/04/2025

27. COMPROMISSOS

27.1 Compromissos advindos do contrato de Concessão

A Jirau Energia assumiu compromissos por meio do Contrato de Concessão, entre os quais se destacam:

- A aplicação, anualmente, um percentual de 1% de sua receita operacional líquida - ROL, apurada de acordo com o disposto no Manual do Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE), em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica - P&D, segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL, nos termos da Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, conforme alterada.
- A garantia firmada oriunda do Edital de Leilão - ANEEL 02/2011 (Leilão A-3, de agosto de 2011), que foi totalmente liberada em fevereiro de 2017, pela SCG/ANEEL, nos termos descritos no item 13.4 do edital de Leilão 02/2011.
- A garantia de cumprimento das obrigações assumidas no Contrato de Concessão, conforme item 12 do Edital de Leilão nº 05/08 (entre as quais se destacam a obtenção de LI, incluindo projetos socioambientais, e de LO), no valor inicial de R\$650.000, que foi totalmente liberada pela SCG/ANEEL, nos termos da subcláusula 13ª da cláusula 7ª do Contrato de Concessão de 2008.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Maurício Stölle Bähr
Presidente

Manoel Arlindo Zaroni Torres
Conselheiro

Eduardo Antonio Gori Sattamini
Conselheiro

Noriaki Watanabe
Conselheiro

João Henrique de Araújo Franklin Neto
Conselheiro

Marisete Fátima Dadald Pereira
Conselheira

Rodrigo Limp Nascimento
Conselheiro

Koichi Katayama
Conselheiro

Guilherme Azevedo da Silva
Conselheiro

Camila Gualda Sampaio Araújo
Conselheira

DIRETORIA EXECUTIVA

Edson Luiz da Silva
Diretor-Presidente

Júlio César de Oliveira Freitas
Diretor Administrativo e Financeiro

Diego Collet
Diretor de Operação

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE/FISCAL

Alessandra Vairão Brum Linhares
Contadora
CRC nº RJ 105135/O-9